

## JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS**, CNPJ n.º 00.136.858/0001-88, situado na Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR vem justificar a presente dispensa de licitação, para atendimento as necessidades deste CONIMS.

### 1. OBJETO E LEI DE REGÊNCIA

**1.1.** Contratação de empresa especializada para fornecimento de subscrição (assinatura) de licença para a solução antivírus corporativo, para atender as necessidades administrativas do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência.

**1.2.** Sendo processado e julgado em conformidade com as disposições deste termo e seus anexos, artigo 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 e Resolução CONIMS nº 109/2023 e demais legislações aplicáveis.

### 2. JUSTIFICATIVA

**2.1.** Considerando-se a necessidade a justificativa da demanda emanada pelo setor da Tecnologia da Informação (documento anexo ao processo).

**2.2.** A aquisição das licenças de antivírus tem como objetivo prevenir a contaminação por vírus e suas variantes bem como ameaças cibernéticas diversas nos computadores deste CONIMS que podem colocar em risco a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. Com o grande volume de dados bem como o acesso a páginas de internet e utilização de e-mails e inúmeros sistemas a aquisição de um software de antivírus é necessária para fornecer recursos mínimos de proteção e segurança à infraestrutura de computadores e servidores (endpoints), garantindo a segurança da informação e continuidade das atividades do CONIMS.

**2.3.** Considerando-se a negativa do fornecedor pela possibilidade de prorrogação contratual da contratação com o mesmo objeto, findou-se em 01/08/2023, sendo que continua a necessidade de manutenção da segurança da informação e comunicação. Sendo assim informa-se que está sendo observado o que consta na resolução CONIMS Nº 109/2023.

(...)

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido **no exercício financeiro** pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no **mesmo ramo de atividade**.

(...)

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido **no exercício financeiro** pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no **mesmo ramo de atividade**.

(...)

§ 8º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de **subclasse** da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (**CNAE**);

Cujo, objeto desta dispensa enquadra-se na seguinte subclasse do CNAE:

<b>Seção:</b>	<b><u>1</u></b>	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
<b>Divisão:</b>	<b><u>62</u></b>	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
<b>Grupo:</b>	<b><u>62.0</u></b>	Atividades dos serviços de tecnologia da informação
<b>Classe:</b>	<b><u>62.09-1</u></b>	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
<b>Subclasse:</b>	<b><u>6209-1/00</u></b>	<b>Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação</b>

**2.4.** Considerando-se que a contratação em tela também visa contribuir com as medidas de segurança para dados pessoais e sensíveis tratados pelo CONIMS, impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018. Destaque-se que, com grande recorrência, diversos órgãos do são atacados por vírus, phishing, ransomware e outras ameaças cibernéticas, de forma que sem a presença de um antivírus, as chances de danos aos dados institucionais são aumentadas, razão pela qual o antivírus é uma ferramenta essencial em qualquer organização.

**2.5.** Justifica a presente contratação pela dispensa de licitação, em virtude de o valor do objeto enquadrar-se no dispositivo legal, art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21.

Pato Branco/PR, 26 de março de 2024.

**PAULO HORN**  
**PRESIDENTE**

## Assinantes

✓ PAULO HORN

Assinou em 27/03/2024 às 16:12:02 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de PAULO HORN com o CPF \*\*\*.075.529-\*\*, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, PAULO HORN, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

N56

1E9

PJ1

VW8